

Relatório da administração (em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da LT Triângulo S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia

Denominação social	LT Triângulo S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	02 de março de 2005
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Empreendimento	(i) Linha de Transmissão Emborcação - Nova Ponte; (ii) Linha de Transmissão Nova Ponte - Itumbiara; (iii) Linha de Transmissão Nova Ponte - São Gotardo 2; (iv) Linha de Transmissão São Gotardo 2 - Bom Despacho 3; (v) Linha de Transmissão Nova Ponte - Estreito; (vi) Subestação Emborcação, (vii) Subestação Nova Ponte; (viii) Subestação Itumbiara; (ix) Subestação São Gotardo; (x) Subestação Estreito.
Características técnicas	Tensão de 500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	695 km

Em 31 de dezembro, a Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (CRTE) possui 100% das ações da Companhia.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	83.809	79.576

Observa-se um aumento aproximado de 5,3%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

(b) Pagamento de dividendos para a acionista

CRTE	2025
	32.597
	32.597

(c) Disponibilidade da linha de transmissão - A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 91,4%. **4. Atendimento às disposições sobre política de equidade - Lei nº 15.177/2025:** A Companhia afirma seu compromisso com a promoção da equidade, da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do respeito à diversidade, valores que orientam a atuação da Companhia e integram sua cultura organizacional. Nesse sentido, em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Cargo	Colaboradores/Cargos na administração (i)				Remuneração (ii)			
	2025		2024		2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
Administrativo	8	4	8	5	R\$ 390	R\$ 248	R\$ 524	R\$ 209
Técnico ou Especialista	25	2	24	2	R\$ 3.581	R\$ 239	R\$ 3.090	R\$ 195
Supervisor	5	1	5	1	R\$ 1.485	R\$ 105	R\$ 1.445	R\$ 290
Operacional	24	-	23	-	R\$ 1.758	-	R\$ 1.474	-

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano. (ii) Refere-se às remunerações em cada exercício. **5. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo acionista. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos membros do Conselho Fiscal, as atribuições, competências e prazo de mandato previstos em lei. **6. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	87	67
Títulos e valores mobiliários	8	16.453	16.485
Concessionárias e permissionárias	9	7.910	8.417
Ativo de contrato	10	58.642	56.117
Outros ativos		6.621	5.384
Total do ativo circulante		89.713	86.470
Ativo de contrato	10	399.639	403.696
Total do realizável a longo prazo		399.639	403.696
Imobilizado		4.483	4.694
Total do imobilizado		4.483	4.694
Total do ativo não circulante		404.122	408.390
Total do ativo		493.835	494.860

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fornecedores		685	1.009
Salários e encargos a pagar		1.441	1.280
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	10.172	9.650
Outros impostos e contribuições a recolher		1.047	1.244
PIS e COFINS diferidos	12	5.088	4.868
Dividendos	20 (c)	21.252	19.915
Encargos setoriais		10.216	7.584
Outros passivos		2.004	1.984
Total do passivo circulante		51.905	47.534
PIS e COFINS diferidos	12	32.999	33.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	91.736	91.873
Total do passivo não circulante		124.735	125.713
Total dos passivos		176.640	173.247
Capital social	15 (a)	171.600	171.600
Reserva de lucros	15 (b)	131.575	130.099
Dividendo adicional proposto	15 (c)	14.020	19.914
Total do patrimônio líquido		317.195	321.613
Total do passivo e patrimônio líquido		493.835	494.860

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	72.224	94.517
Custos operacionais	17 (a)	(21.506)	(25.652)
Lucro bruto		50.718	68.865
Despesas gerais e administrativas	17 (b)	(5.549)	(5.144)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(220)	(148)
Outros		(1.330)	(416)
Despesas operacionais		(7.108)	(5.708)
Resultado antes do resultado financeiro		43.610	63.157
Receitas financeiras		1.386	1.472
Despesas financeiras		(833)	(896)
Resultado financeiro	18	553	576
Resultado antes dos impostos		44.163	63.733
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.783)	(16.002)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		136	(5.806)
Imposto de renda e contribuição social	19	(14.647)	(21.808)
Lucro líquido do exercício		29.516	41.925

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	29.516	41.925
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	29.516	41.925

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		171.600	27.125	110.878	17.479	327.080
Pagamento de dividendos	15 (b)	-	-	(10.000)	(17.479)	(27.479)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	41.925	41.925
Reserva legal	15 (b)	-	2.096	-	(2.096)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15 (c)	-	-	-	(19.914)	(19.914)
Dividendos adicionais propostos	15 (d)	-	-	-	(19.914)	(19.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		171.600	29.221	100.878	19.914	321.613
Pagamento de dividendos	15 (b)	-	-	-	(19.914)	(19.914)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.516	29.516
Reserva legal	15 (b)	-	1.476	-	(1.476)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15 (c)	-	-	-	(14.020)	(14.020)
Dividendos adicionais propostos	15 (d)	-	-	-	(14.020)	(14.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		171.600	30.697	100.878	14.020	317.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A LT Triângulo S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro- RJ- Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Emborcação - Nova Ponte, subestação Emborcação e término na subestação Nova Ponte; linha de Transmissão Nova Ponte - Itumbiara; linha de Transmissão Nova Ponte - São Gotardo 2, linha de Transmissão São Gotardo 2 - Bom Despacho 3, linha de Transmissão Nova Ponte - Estreito, entradas de linha, interligação de barras, transformação 500/345 kV - 2 x (3 X 300) MVA. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (CRTE), sendo controlada integralmente pela Celeo Redes Brasil S.A. (Cielo).

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	004/2006
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Minas Gerais
Empreendimento principal	(i) Linha de Transmissão Emborcação - Nova Ponte; (ii) Linha de Transmissão Nova Ponte - Itumbiara; (iii) Linha de Transmissão Nova Ponte - São Gotardo 2; (iv) Linha de Transmissão São Gotardo 2 - Bom Despacho 3; (v) Linha de Transmissão Nova Ponte - Estreito; (vi) Subestação Emborcação, (vii) Subestação Nova Ponte; (viii) Subestação Itumbiara; (ix) Subestação São Gotardo; (x) Subestação Estreito.
Características técnicas da L	500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	695 Km
Instalações	Linha de Transmissão Emborcação - Nova Ponte, subestação Emborcação e término na subestação Nova Ponte; linha de Transmissão Nova Ponte - Itumbiara; linha de Transmissão Nova Ponte - São Gotardo 2, linha de Transmissão São Gotardo 2 - Bom Despacho 3, linha de Transmissão Nova Ponte - Estreito, entradas de linha, interligação de barras, transformação 500/345 kV - 2 x (3 X 300) MVA.
Data de assinatura	27 de abril de 2006
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	27 de abril de 2036
Início da operação comercial	Novembro de 2008

Os contratos de concessão assinados entre 2000 e 2006 não estabelecem o processo de revisão tarifária, sendo prevista a queda de 50% da receita anual permitida (RAP) no 16º ano de operação comercial. A partir de junho de 2024 a Companhia passou a receber 50% da RAP, conforme previsto no Contrato de Concessão para o 16º ano de entrada em operação.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	83.809	79.576

O aumento aproximado de 5,3% é decorrente do reajuste positivo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de março de 2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		29.516	41.925
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(136)	5.806
- Imposto de renda e contribuição social correntes		14.783	16.002
- Provisão para perda de crédito esperada	9	220	148
- PIS e COFINS diferidos	12	(622)	(343)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(1.349)	(1.416)
- Depreciação		211	1
- Ativo de contrato - remuneração	10	(54.586)	(54.606)
		(11.963)	7.517
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		287	2.785
- Ativo de contrato	10	56.118	53.699
- Outros ativos		(1.237)	(2.844)
- Fornecedores		(324)	12
- Salários e encargos		161	407
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(406)	(245)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(197)	(2.974)
- Encargos setoriais		2.632	(816)
- Outros passivos		19	829
Caixa gerado pelas atividades operacionais		45.090	58.370
Impostos pagos sobre o lucro		(13.855)	(16.528)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		31.235	41.843
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(77.905)	(76.698)
Títulos e valores mobiliários - resgates		79.286	77.984
Caixa proveniente das atividades de investimento		1.381	1.286
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	20 (c)	(32.597)	(43.157)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(32.597)	(43.157)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		20	(28)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		67	95
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		87	67

Prática	Nota explicativa	Descrição
Caixa e equivalentes de caixa		Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos (a contar da data de contratação), com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.
Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.
Receitas e despesas financeiras	18	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	21	(a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se toma parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

Prática	Nota explicativa	Descrição
		Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
Ativo de contrato	10	

(i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.292 referente a custos com manutenção da atividade, de R\$ 1.492 referente a aquisição de novos veículos para a frota, R\$ 856 de projetos de melhorias internas e R\$ 904 referente à aquisição de máquinas e equipamentos sobressalente. (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo conforme nota explicativa 20 (a).

	2025	2024
(b) Despesas operacionais		
Prestação de serviços administrativos	(3.299)	(3.299)
Pessoal	(1.684)	(1.212)
Consultorias	(349)	(322)
Diversos	(217)	(311)
	(5.549)	(5.144)

(i) Refere-se à prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo conforme nota explicativa 20 (a).

	2025	2024
18 Resultado financeiro		
Rendimento de aplicação financeira	1.349	1.416
Outras receitas	37	56
Receitas financeiras	1.386	1.472
Outras despesas	(833)	(896)
Despesas financeiras	(833)	(896)
	553	576

19 Imposto de renda e contribuição social Resultado antes dos impostos

	2025	2024
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(15.015)	(21.645)
Incentivo fiscal - IRPJ	542	586
Outras (adições) exclusões	(174)	(749)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(14.647)	(21.808)
Alíquota efetiva	33%	34%

(a) A composição do incentivo fiscal está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Operações de caráter cultural e artístico	271	293
Esporte e cultura	68	147
Fundo da criança e adolescente	68	73
Lei da reciclagem	68	-
Fundo nacional do idoso	67	73
	542	586

Prática	Nota explicativa	Descrição
		O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.
Imposto de renda e contribuição social	11 e 13	

20 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

Tipo de transação	Índice de correção	Vencimento	Prazo	Passivo		Resultado	
				2025	2024	2025	2024
Celeo (i) Backoffice	IPCA	5 anos	2024	-	-	(3.299)	(3.299)
Celeo (ii) O&M	IPCA	5 anos	2026	263	499	(3.468)	(3.311)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais".

(b) Remuneração da administração - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

(c) Dividendos

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	19.915	15.679
Aprovação dos dividendos adicionais oriundos das reservas de retenção de lucros	19.914	27.479
Pagamento de dividendos	(32.597)	(43.157)
Constituição de dividendos	14.020	19.914
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	21.252	19.915

21 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não controu qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda, observadas as condições do Contrato de Concessão e as Obrigações das Debêntures CRTE, a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de perda esperada utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários: A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,9% (98,2% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre novembro e dezembro de 2026.

9 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	7.012	7.089
Até 3 meses	24	1.152
De 3 a 12 meses	377	1.553
Acima de 12 meses	2.270	(1.553)
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.773)	(1.553)
	7.910	8.417

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(1.553)	(1.405)
Adições	(220)	(148)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(1.773)	(1.553)

10 Ativo de contrato: A movimentação do ativo de contrato está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	459.813	458.907
Remuneração do ativo de contrato	54.586	54.606
Recebimentos	(56.118)	(53.699)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	458.281	459.813

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	58.642	56.117
Não circulante	399.639	403.696
	458.281	459.813

11 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Imposto de renda	7.112	7.007
Contribuição social	3.060	2.643
	10.172	9.650

12 PIS e COFINS diferidos: Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência. A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente. De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, não é permitida a baixa do passivo, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	6.794	6.905
COFINS	31.293	31.803
	38.087	38.708

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	5.088	4.868
Não circulante	32.999	33.840
	38.087	38.708

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	67.453	67.553
Contribuição social	24.283	24.319
	91.736	91.873

A composição do saldo está apresentada a seguir:

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	271.585	271.767	92.339	92.401
Provisão para perda de crédito esperada	(1.773)	(1.553)	(603)	(528)
	269.812	270.214	91.736	91.873

14 Contingências: Servidão administrativa - A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor com risco de perda possível avaliado pela administração e suportado

pelos assessores jurídicos é de R\$ 256 e R\$ 1.310, respectivamente. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento.

15 Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 171.600, dividido em 171.600 (cento e setenta e um milhões e seiscentos mil) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$ 1,00 cada. Todas as ações são detidas pela CRTE. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	1.476	2.096

ii. Reserva de retenção de lucros - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	24 de outubro de 2024	10.000	Destinação ao pagamento de dividendos

(c) Dividendos mínimos obrigatórios - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	14.020	19.914

(d) Dividendo adicional proposto - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	1 de junho de 2024	17.474	Destinação ao pagamento de dividendos
Assembleia Geral Ordinária	28 de abril de 2025	19.914	Destinação ao pagamento de dividendos

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	14.020	19.914

16 Receita operacional líquida

	2025	2024
Remuneração do ativo	54.586	54.606
Receita de operação e manutenção	15.902	15.218
Ganho na RAP	18.285	35.620
Outras receitas	1.765	3.452
Parcela variável (indisponibilidade)	(5.748)	(1.040)
Receita bruta	84.790	107.856
Pis e Cofins correntes	(7.596)	(9.860)
Pis e Cofins diferidos	622	343
Encargos setoriais	(5.592)	(3.822)
Deduções da receita	(12.566)	(13.339)
Receita operacional líquida	72.224	94.517

(a) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas. A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

	2025	2024
Intervenção programada - LT 500 kV NOVA PONTE/ ITUMBIAIRA C 1	(3.676)	-
Indisponibilidade do reator	(1.313)	(724)
Indisponibilidade - Disjuntor LT Itumbiara	-	(159)
Indisponibilidade - RT S6 - SE UHNP	(535)	-
Intervenção Programada - Outros	(224)	(157)
	(5.748)	(1.040)

(i) Durante a etapa de programação das obras de seccionamento da LT 500kV Nova Ponte x Itumbiara, o seccionamento da LT foi programado e aprovado pelo Operador Nacional do Sistema para realização de forma consecutiva, entretanto foi solicitado pela Neoenergia a prorrogação dos testes de energização, porém o Operador Nacional do Sistema entendeu inicialmente que ocorreu uma parcela variável de R\$3.676. A Companhia contestou os valores juntos ao ONS e a contestação está sendo analisada. (ii) Em dezembro de 2024 ocorreu um desligamento relacionado ao reator na subestação Nova Ponte e o desconto referente à indisponibilidade de equipamento ocorreu em 2025. A Companhia realizou as inspeções e os ajustes necessários para retomar a operação. (iii) Em abril de 2024, ocorreu um desligamento na LT Itumbiara relacionado ao reator. A Companhia realizou as inspeções e os ajustes necessários para retomar a operação. (b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(6.069)	(2.527)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(708)	(907)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	1.185	(388)
	(5.592)	(3.822)

17 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	2025	2024
(a) Custos operacionais		
Pessoal	(10.672)	(10.821)
Manutenção de subestação	(644)	(4.544)
Serviço de operação e manutenção	(3.468)	(3.311)
Contrato de compartilh		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas LT Triângulo S.A. - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da LT Triângulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório

da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades dos administradores e da governança pelas demonstrações financeiras** - Os administradores da Companhia são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que eles determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que os administradores pretendam liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelos administradores. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

**PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5**Patricio Marques Roche**
Contador CRC 1RJ081115/O-4